

O caráter educativo na formação acadêmica dos/as assistentes sociais

The educational character in the academic training of social workers

Taciane Couto Gonçalves*

Resumo: O presente artigo contou com uma pesquisa documental e trata do caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais a partir de uma análise da formação profissional. Acredita-se que uma das razões pelas quais o tema não vem sendo o de maior preocupação e investimento intelectual entre os/as profissionais deve-se a sua ausência nas orientações gerais, construídas pelas entidades da própria profissão, para a formação acadêmica e atuação profissional. A leitura de alguns documentos de cursos situados na região leste da ABEPSS possibilitou identificar que o tema está subsumido nos próprios documentos normativos do Serviço Social (no caso, nas diretrizes curriculares e currículos plenos).

Palavras chave: Serviço Social; caráter educativo; formação profissional.

Abstract: This article counts on a documentary research and deals with the educational character of the work of the social workers from an analysis of the professional formation. It is believed that one of the reasons why the subject is not of the greatest concern and intellectual investment among professionals is due to its absence in the general guidelines, built by the entities of the profession itself, for academic training and professional performance. The reading of some documents from courses located in the eastern region of ABEPSS made it possible to identify that the subject is subsumed in the normative documents of the Social Service (in this case, in the curriculum guidelines and full curricula).

Keywords: Social Service; educational character; professional qualification.

Recebido em: 16/06/2020

Aprovado em: 17/01/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

O presente artigo tece algumas reflexões sobre como o Serviço Social brasileiro, a partir da proposta pedagógica para seus cursos, tem tratado do caráter educativo do trabalho do/a assistente social. A pertinência de tal reflexão justifica-se na compreensão de que tal aspecto do nosso trabalho profissional foi descoberto graças a influências de cunho teórico (com a aproximação da teoria social crítica) como também político e social (aproximação das lutas e organizações sociais das classes subalternas). Além de ser um elemento de grande potencial quando se pretende defender uma formação em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Optou-se por estruturá-lo em três partes em que, num primeiro momento, o/a leitor/a poderá se aproximar da compreensão, da qual compartilha a autora, sobre educar e sobre o caráter educativo do trabalho de assistentes sociais. Destacamos se tratar de um tema já conhecido no universo da produção intelectual do Serviço Social, apesar de pouco explorado, e de relevância, como defenderemos no texto.

A seguir, será feita uma retomada da elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social nos documentos de 1996, 1999 (de autoria, totalmente autônoma, da própria categoria profissional) e na resolução oficial de 2002 (resolução do Ministério da Educação). Além desse resgate ser importante para apresentar os elementos constituintes principais desses documentos, permite retomar algumas disputas que permearam a consolidação das diretrizes da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Por fim, busca-se identificar se o caráter educativo do exercício profissional é um elemento abordado nestes documentos e, caso seja, de que forma aparece definido e/ou caracterizado nos mesmos. À análise se soma os currículos plenos dos cursos de algumas instituições públicas de ensino superior dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (região leste da ABEPSS)¹. É um recurso do qual se lançou mão para trazer mais elementos à discussão, afinal, os currículos dos cursos são, geralmente, mais detalhados, contendo as ementas das disciplinas e a bibliografia utilizada nas mesmas.

¹ Por questões metodológicas foram eleitas algumas das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Serviço Social, minimamente estruturados e filiados à ABEPSS, e que disponibilizam o projeto pedagógico e/ou a grade curricular do curso em seus respectivos *sites*. A expectativa era a de que pelo currículo pleno das Escolas/Faculdades de Serviço Social destas universidades se perceberia se é um tema presente, estimulado ou não a ser debatido desde a graduação.

Sobre o chamado caráter educativo do trabalho profissional

A consciência é intrínseca a toda ação humana, esteja esta ação empenhada na transformação de algo tangível ou intangível (como o é a própria consciência). Não é diferente quando se pensa o trabalho desenvolvido por assistentes sociais (uma ação consciente de alguém que atua junto a outro alguém manipulando, para isso, recursos, meios e instrumentos sob orientação de um fim) e mesmo sabendo o quanto isso pode soar óbvio ao/à leitor/a pretendo apenas reforçar o quanto interessa àqueles/as que historicamente contratam nossa força de trabalho o potencial que o uso do nosso saber e fazer profissional tem ao incidir sobre o modo de agir e pensar daqueles/as com os/as quais nos relacionaremos ao prestar e implementar determinados serviços e orientações sociais em nosso cotidiano de trabalho.

As pessoas educam-se a todo momento afinal, entendemos aqui ser a educação “uma atividade mediadora no seio da prática social global”² (SAVIANI, 1985: 77), experiência cotidiana de troca, de diálogo, de transmissão de saber, que não se limita a um período estrito de letramento ou ilustração e que mesmo tendo no ensino formal escolarizado sua principal referência e local privilegiado, vai muito além do mesmo.³

Ainda que carregue, contraditoriamente, o potencial da negação e superação (no sentido de construir tanto uma leitura crítica da realidade social como uma proposta de transformação da mesma), nos marcos da sociedade de classes, a educação tente a cumprir o papel de internalizar valores e ideias que legitimam o *status quo*. Em termos de hegemonia, uma internalização bem sucedida e que garante uma aceitação ativa, principalmente dos indivíduos que integram as classes subalternizadas, é estrategicamente pertinente a ponto de relegar a segundo plano o uso da violência (relegar sem nunca abandonar, afinal, persuasão e repressão caminham juntas em relações hegemônicas⁴).

² Enquanto mediadora, não se justifica por si mesma. Sua razão estaria muito mais na sua finalidade e, principalmente, no como se desdobra no conjunto das práticas sociais. Ou seja, no efeito que tem para além da atividade educativa (Saviani, 1985).

³ “No início do processo histórico de humanização do homem pelo trabalho, a educação realizava-se como decorrência imediata da produção material e da apropriação coletiva dos meios de existência humana. Nesse período, anterior à divisão social do trabalho, a produção e reprodução da vida social se realizava em níveis tão pouco desenvolvidos que não exigia outras formas de educação que não a do simples convívio” (SAVIANI; DUARTE, 2015: 41). Isso muda à medida que se complexificam a divisão social do trabalho e a sociedade de classes, demandando a existência de instituições especializadas na elaboração e transmissão de saberes que, por sua vez, expressarão as contradições próprias das relações sociais em que se inscrevem. Mas o fato é que se torna necessário considerar e analisar a organização do trabalho para compreender a forma assumida pela educação em determinado contexto histórico. Para entender como o trabalho orienta e determina as demais esferas da vida social, conferir a obra de Marx e Engels “A ideologia Alemã”.

⁴ Cf.: LIGUORI; VOZA (2017: 365-368).

Em Abreu (2011)⁵ aparece que o Serviço Social situa-se nas “relações de hegemonia”, mais especificamente, “nos processos de organização da cultura”. E, compreendendo hegemonia como direção e domínio, pode-se inferir que as atribuições conferidas aos/às assistentes sociais caberiam mais na primeira dimensão, referente à busca por consenso, por cooptação, por controle ideológico.

Cabe frisar que já existe hoje um amadurecimento teórico no bojo da profissão que demonstra o cuidado dispendido ao tratar, nesse caso específico, da dimensão política do trabalho dos/as assistentes sociais no sentido de não supervalorizá-la em detrimentos de tantos outros aspectos e dimensões. Tanto que, constatando sua existência, indica-se também que seria mais propriamente “auxiliar” e “subsidiária” a contribuição da profissão no exercício da dominação e não por ser inferior, mas por desenvolver-se junto à instituições sociais que exercem tal controle por excelência na sociedade (escolas, instituições religiosas, a grande mídia e partidos políticos seriam alguns exemplos).

A funcionalidade do trabalho de agentes como os/as assistentes sociais que atuam na “organização da cultura” mostrou-se relevante desde que a classe dominante percebeu que o controle sobre o conjunto da classe trabalhadora não deveria se restringir ao chão da fábrica, mas que alcançaria maior eficiência abrangendo o cotidiano da vida social, tutelando a vida privada do conjunto dos/as trabalhadores/as.

Por isso, diz muito o vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais, pois, determina política e ideologicamente o caráter educativo do seu trabalho, materializando-se nos efeitos que as ações profissionais provocam na forma de pensar e agir da população atendida. O exercício profissional do/a assistente social demanda uma bagagem técnico-científica capaz de subsidiar-lhe nos atendimentos às requisições institucionais e às demandas do público atendido pelas políticas e programas sociais. Como já vem sendo analisado e debatido no seio da profissão, tais atendimentos sempre são tensionados por interesses de classe existentes na própria dinâmica da vida social, que polarizam esta última tanto quanto o próprio trabalho profissional.

A particularidade do Serviço Social estaria então no fato de ser uma dentre as várias

atividades caracterizadas por se dedicarem, especialmente, à criação de bases para o exercício do poder de classe, que tem sua expressão máxima no Estado. São atividades diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado. [...], funções

⁵ Os aspectos assumidos pelo caráter educativo do trabalho de assistentes sociais foi matéria de estudo da autora que em sua obra inclusive defendeu a existência e constituição do que a mesma chamou de perfis pedagógicos no decorrer da trajetória profissional. Os principais foram nomeados de: pedagogia da ajuda, pedagogia da participação e pedagogia emancipatória.

cujo significado econômico está subordinado a seu caráter político determinante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008: 86).

Temos então que, ao compreenderem esta dinâmica social e seus impactos sobre o Serviço Social, estudiosas/os da área defenderam a existência de uma dimensão político-ideológica do exercício profissional que o vincula a um projeto societário e imprime uma direção ao trabalho. A relevância dessa tese está, principalmente, no fato de que se na aparência este trabalho desenvolvido ganha tangibilidade ao mediar o acesso a recursos materiais, seu diferencial mais relevante estaria no impacto causado sobre a subjetividade dos indivíduos atendidos, na sua contribuição em organizar a vida social visto seu caráter marcadamente educativo. A ciência desse fato, mais do que nunca, deveria convidar os/as profissionais a exercitarem a capacidade de análise crítica da realidade social, bem como do seu saber e fazer profissional.

Todavia, a existência de uma função educativa não quer dizer que o conjunto dos/as profissionais a reconheça ou lhe atribua a devida importância em seu cotidiano de trabalho. O/a profissional pode realizar seus atendimentos sociais sem, no entanto, dar-se conta ou problematizar o conteúdo de sua intervenção, os valores ou objetivos aos quais vincula sua ação.

O caráter educativo de trabalho profissional talvez seja o aspecto que se expressa com maior frequência, manifestado desde o simples compartilhar de informações (referentes a serviços, programas, políticas ou qualquer outro conteúdo de sua atribuição e competência) até o estímulo à reflexão (sobre uma dada situação ou realidade social). Transmitindo saber ou contribuindo com a leitura do mundo, tem o potencial de reforçar ou desconstruir estereótipos, moralizar e naturalizar as inúmeras mazelas sociais ou apontar a mobilização e organização coletiva como possibilidades legítimas de enfrentamento às problemáticas concernentes ao ordenamento capitalista.

Isso nos faz acreditar que a sistematização do caráter educativo é importante por ser mais uma possibilidade de racionalização, um momento em que o/a profissional reflete sobre o meio no qual se insere, sobre os problemas e contradições da realidade com as quais lida, sobre as finalidades de sua intervenção, etc. E conformando o processo permanente de agir-refletir-agir, apontaríamos como imprescindível:

a) que se conheça profundamente o fim que se pretende atingir, pois, ter clareza do objetivo torna mais fácil identificar o caminho mais adequado para alcançá-lo. Há sempre uma maior ou menor margem de manobra que permite ao/a profissional estruturar programas; selecionar conteúdos enfatizando ou não determinados aspectos; escolher materiais; eleger um

método e metodologia de ação; dentre outras coisas que são fortemente influenciadas pelo objetivo que se busca alcançar.

b) que acompanhado à definição do fim, deve-se ter uma compreensão do momento histórico e das reais condições em que se inscreve o trabalho profissional e seu papel educativo, buscando subsídios para uma melhor compreensão sobre as determinações mais gerais do modo de produção vigente e as particularidades da sua fase mais recente.

c) que a formação permanente é outro aspecto importante, pois, ajuda a compreender as contradições sobre as quais incide nosso trabalho e nos possibilita democratizar aqueles elementos da cultura profissional que mais possam contribuir com a construção de um projeto societário contra-hegemônico.

d) que a prática educativa crítica deve estar, necessariamente, articulada com as lutas sociais desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora. Ainda que se desempenhe um papel importante na conformação de formas de pensar o mundo, a profissão deve estar sempre atenta ao movimento real das lutas sociais. Pautar-se pelos movimentos progressistas da classe trabalhadora é ainda a melhor maneira de garantir a coesão entre a direção dada a própria intervenção e a defesa dos direitos e aprofundamento da democracia.

A construção das diretrizes curriculares em meio às disputas na educação superior

Tendo tratado de aspectos sobre a educação que, por um lado, nos ajudaria a compreendê-la como uma mediadora da prática social e, por outro, nos ajudaria a percebê-la como um aspecto que caracteriza o trabalho desenvolvido por assistentes sociais, neste momento do texto voltamos o olhar para outra faceta dessa esfera da vida social.

Educação também se apresenta na realidade concreta como um dentre os serviços sociais organizados e oferecidos como política social. E também nessa condição a educação é perpassada pelos interesses antagônicos das classes sociais, expressando a contraditória relação de atender aos interesses dos/as trabalhadores/as de forma geral – considerando-se a dimensão social de fomentar e compartilhar o conhecimento construído coletivamente e historicamente acumulado – ao mesmo tempo em que é incorporada à lógica de valorização e acumulação do capital.

No âmbito do Serviço Social, o debate feito pelos segmentos críticos reforçam a necessária defesa de um ensino público, gratuito, de qualidade, acessível, principalmente, à classe trabalhadora, na condição de direito universal e voltado para as reais necessidades do desenvolvimento humano, social e político. Valores e objetivos radicalmente opostos ao que se presencia na atualidade em que prevalece um projeto em que interessa aos grupos econômicos

e frações da classe dominante subordinar a produção do conhecimento ao mercado, incorporando as descobertas e avanços científicos na produção numa corrida constante atrás da obtenção de superlucros.

A mercantilização do ensino cresce exponencialmente comprometendo a qualidade do mesmo (desvalorização e desqualificação docente, desarticulação e mesmo abandono da pesquisa e extensão, predomínio da tecnificação e adestramento em detrimento do aprofundamento teórico científico, etc.). Nesse cenário, uma das mais novas modalidades de ensino é o chamado EAD (ensino à distância) que vem sendo ofertado tanto em universidades públicas como, e majoritariamente, pelo ensino privado, sob um discurso de democratização mas que se dá num movimento que compromete a formação de profissionais com competência crítica e compromisso social e político.

A educação torna-se um nicho de mercado, deslocando-se cada vez mais da esfera do direito para a de serviço prestado pelo mercado.⁶ E esse quadro de alterações no ensino superior atinge, necessariamente, a formação acadêmica e o próprio exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Na história da profissão no Brasil, após um processo de debate e construção coletiva no interior da categoria profissional, em 1996 foram aprovadas as diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social⁷. Enquanto as ditas diretrizes curriculares expressavam o fortalecimento da perspectiva crítica entre os/as assistentes sociais (em especial, entre os/as intelectuais e os/as dirigentes políticos/as das entidades representativas da profissão), configurando-se como uma das formas de objetivação do atual projeto ético-político feito hegemônico em seu interior, a correlação de forças nos âmbitos econômico, político e social, em movimento contrário, impunha desafios aos setores progressistas da sociedade civil visto o avanço do projeto neoliberal e o ataque desferido aos direitos trabalhistas e sociais.

Houve um processo de mobilização e articulação da categoria profissional para que se garantisse a proposta original da ABEPSS. Forjaram-se espaços no MEC a serem ocupados por agentes profissionais cujo objetivo central era o de apreciar e levar aos órgãos competentes

⁶ Todas estas informações são sistematizadas e apresentadas por Iamamoto (2015) com base em dados publicados pelo MEC, ABEPSS, CFESS, Bird e outros.

⁷ Segundo o documento de 1996, entre 1994 e 1996, nas oficinas realizadas pela ABEPSS os/as profissionais preocuparam-se em analisar a realidade e identificar os possíveis impedimentos e desafios para a formação acadêmico-profissional. A primeira síntese desse processo foi aprovada numa Convenção em Recife, 1995, contendo já um esboço das metas, princípios e conteúdos centrais elegidos pela categoria profissional. O segundo documento veio no ano seguinte, trazendo mais elementos para o debate e, na fase conclusiva, os seis documentos sistematizados pelas unidades de ensino das diversas regiões foram recolhidos pelas representações das entidades do Serviço Social (ENESSO, ABEPSS, CFESS e assessores/as) que então sintetizaram a atual proposta de diretrizes curriculares.

propostas que coubessem nas exigências da política educacional do Estado mantendo, no entanto, ao máximo a essência e coerência com o projeto profissional crítico. Um processo de resistência importantíssimo, pois, em se tratando da política de educação, é também de 1996 a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), expressão da agenda neoliberal e da contrarreforma da educação que, dentre outros fatores previa a abertura e incentivo à iniciativa privada às custas da precarização do ensino público.

Como era esperado, o Serviço Social não passou ileso a tais processos sofrendo inflexões no âmbito da formação acadêmico-profissional. As diretrizes curriculares de 1996 só foram reconhecidas e aprovadas pelo MEC em 2002⁸, após alterações e adequações que custaram certa descaracterização do projeto original de formação.

No âmbito restrito do Serviço Social, excluiu-se o currículo mínimo que até então previa e garantia a aplicação de uma mesma grade curricular para os cursos da área oferecidos em todo território nacional, de maneira que a única normativa que os cursos se tornam obrigados a cumprir são as LDB do Ministério da Educação. Havia um detalhamento dos conteúdos que compunham os núcleos de formação presentes na proposta curricular da ABEPSS que foi excluído da versão oficial. O reflexo disto na prática é que, ainda que se preservassem os núcleos de formação, ficaria livre às instituições de ensino uma adequação dos currículos em maior ou menor consonância com as exigências do mercado.

Todavia, é importante que se reafirme que nas duas décadas que se seguiram a aprovação das diretrizes da ABEPSS, a categoria profissional também empreendeu ações de resistência à contrarreforma do ensino: regulamentou a supervisão direta de estágio (resolução 533/08) e elaborou um plano nacional de estágio⁹; realizou ações e campanhas contra a oferta do EAD no Serviço Social e contra a precarização do ensino em geral; lançou a campanha nacional de defesa da jornada de trabalho de 30 horas semanais (lei 12.317/10) para os/as assistentes sociais; etc.

É fato também que em meio as disputas políticas e econômicas na Educação, registra-se que o Serviço Social se beneficiou do amplo movimento de lutas democráticas. Pode-se dizer que o Serviço Social teve na década de 1980 um marco no debate sobre os fundamentos, o significado social e a atuação da profissão. O nível de aprofundamento, a qualidade do

⁸ Em seu artigo, Iamamoto data de 4 de julho de 2001 a homologação das diretrizes pelo MEC. Cf. IAMAMOTO (2014).

⁹ Expressões do grande esforço da categoria de avançar na compreensão dos papéis e atribuições dos/as indivíduos/as envolvidos/as na supervisão do estágio e amadurecimento acerca do estágio curricular, obrigatório e não obrigatório. Além de ser uma das maneiras de garantir a efetivação e enraizamento das diretrizes curriculares no âmbito das instituições de ensino superior.

empreendimento intelectual acumulado nas últimas décadas pela profissão é de tamanha importância que atribuiu “uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina e Caribe, bem como no circuito mundial do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014: 615). Graças ao alinhamento à tradição marxista e às lutas sociais da classe trabalhadora, a profissão incorporou uma compreensão de história que tem na luta de classes sua força motora e o reconhecimento do trabalho como fundante do ser social.

As diretrizes curriculares sintetizam um pouco essa realidade e sustentam-se na defesa da universidade pública; acessível à população na condição de direito universal; com capacidade de produzir e compartilhar conhecimentos com reconhecida qualidade e que se orientem pelos interesses da coletividade; que ofereça uma educação de caráter crítico e em sintonia com os valores humanos universais; que consiga extrair da realidade, local e nacional, o insumo para a vida acadêmica; etc.

Os núcleos de formação expressam os diferentes níveis de abstração necessários para a compreensão do Serviço Social (trajetória; elementos constituintes; funções; as restrições decorrentes da mercantilização da força de trabalho dos/as assistentes sociais; etc.) e, principalmente, para contribuir na desnaturalização das relações sociais capitalistas. Nestas diretrizes é incorporada a tese da profissão como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, geneticamente vinculada às classes sociais fundamentais.

Além do que, resguardadas as particularidades de conteúdo proposto em cada núcleo, entende-se que sendo a profissão um produto sócio-histórico sua compreensão só se torna possível quando se situa a mesma na totalidade da dinâmica social. Este pressuposto é de grande relevância e representa um grande avanço na trajetória profissional visto que busca superar o endogenismo que caracterizou a mesma por longos anos.

De acordo com o exposto nas Diretrizes da ABEPSS, são pressupostos que devem orientar a formação profissional:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de

organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996: 5-6).

O esperado é que cada unidade de ensino elabore seu projeto pedagógico e seu currículo pleno incorporando estes mesmos pressupostos. Orienta-se que, respeitando a pluralidade política e teórica no interior do Serviço Social, garanta-se uma formação que adote a perspectiva histórica, crítica e dialética na análise da realidade social, presando sempre pelo rigor teórico-metodológico no trato investigativo.

Sugere-se também uma estrutura curricular mais flexível em termos de viabilizar o aprendizado não exclusivamente pela oferta de disciplinas, mas, incluído oficinas, seminários, dentre outras modalidades de atividade complementar; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve ser um princípio na formação; a oferta de cursos noturnos não deve significar a queda na qualidade do mesmo; e o estágio curricular deve sempre associar as supervisões acadêmicas e de campo.

As diretrizes da ABEPSS propõem ainda que os conteúdos pertinentes à formação dos/as assistentes sociais se atualizem de acordo com a dinamicidade da própria realidade social. De maneira didática, esse conjunto de conhecimentos estaria organizado em três “núcleos de fundamentação”, abarcando os elementos mais indispensáveis à formação: *a)* núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; *b)* núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e *c)* núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Realizada tal retomada, interessa passar ao momento do artigo em que se analisa como o caráter educativo do exercício profissional aparece nos documentos da profissão e como isso indicaria a maneira como vêm sendo tratado em nossa formação.

O caráter educativo na formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil

Recapitulando o que trouxemos na primeira parte do presente artigo, a tese, há muito defendida, de que o Serviço Social seria uma especialização do trabalho coletivo que se consolida como uma profissão auxiliar no processo de controle ideológico, contribuindo, a priori, com a efetivação de um modo de pensar que legitime a ordem social vigente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), abriu precedentes para que se identificasse a condição de intelectual assumida pelos/as profissionais cuja intervenção situa-se nas “relações de

hegemonia” ou, mais especificamente, “nos processos de organização da cultura” (ABREU, 2011). Diante disto, as atribuições conferidas aos/as assistentes sociais caberiam dentro de uma busca por consenso, de um processo de cooptação e de controle ideológico, tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem.

O desenvolvimento dessa tese, principalmente no que se refere aos estudos sobre o caráter educativo do exercício profissional, em muito nos interessa nesse artigo pois, ao considerarmos o sentido de educar como o processo de produzir no indivíduo singular a humanidade produzida socialmente, entendendo que o/a agente educador/a é aquele/a que se posiciona diante da cultura e elege os elementos capazes de contribuir para a humanização do indivíduo (SAVIANI, 1996), não vemos equívocos em reconhecer, na natureza do Serviço Social, seu caráter de educador/a social e político/a.

Num sentido amplo, as pessoas educam-se, mesmo não objetivando isso de forma clara e intencional. No caso do Serviço Social, o mais comum é que tal ação educativa seja concomitante a implementação (esta sempre intencional) dos serviços sociais que, por sua vez, servem de sustentação material para aquela. Entretanto, se não se reconhece a existência e importância desse papel educativo que é inerente à prática profissional, não o problematiza, não o traz para o primeiro plano, corre-se o risco de não se refletir sobre seu potencial, seu conteúdo, sua forma e, muito menos, para a necessária sistematização do mesmo.

E é por validar sua importância e buscar contribuir com as análises do mesmo que neste artigo volta-se a atenção para a maneira como o caráter educativo aparece em documentos da formação profissional em Serviço Social (no caso, nas Diretrizes curriculares e em alguns currículos acadêmicos), levantando algumas considerações para o debate.

Encerramos o item anterior apresentando os núcleos de fundamentação em que se organizam as diretrizes da ABEPSS. Olhando para o conteúdo do terceiro núcleo (“fundamentos do trabalho profissional”) encontram-se os conhecimentos referentes ao exercício profissional (suas potencialidades, contradições, objeto e procedimentos necessários à ação, etc.). A descrição e detalhamento de quais seriam as matérias a serem repassadas nos cursos não fazem nenhuma menção explícita ao caráter educativo, o que é até compreensível, afinal, o documento da ABEPSS traz as orientações mais gerais, não sendo possível tratar com detalhes todos os elementos que constituiriam o fazer profissional.

O que mais se aproximaria de uma sinalização do caráter educativo é a indicação feita no documento elaborado pela comissão de especialista de ensino em Serviço Social do MEC quando mencionam a prestação de “assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia

dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (MEC, 1999: 2) ou mesmo a orientação prestada à população sobre recursos disponíveis seus direitos. Ainda que a palavra “educar” (e suas derivações) não apareça no texto, acredita-se ser possível uma associação com seu sentido, pois, infere-se nesse extrato que o/a profissional estaria apto/a a prestar orientações de determinada espécie e a determinados grupos sociais.

Dando prosseguimento e voltando-se aos currículos plenos de alguns cursos de Serviço Social no Brasil, tenta-se verificar se ao estruturarem seus próprios currículos as unidades de ensino incorporaram alguma discussão sobre o caráter educativo. O recorte inicial envolve apenas os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (que, por sua vez, compõem a região leste da ABEPSS), sendo que das onze instituições públicas de ensino superior em que são oferecidos os cursos de Serviço Social foram acessados os currículos plenos dos cursos de seis unidades acadêmicas.

Começando pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), segundo os registros desta unidade de ensino, o currículo vigente foi implementado orientando-se pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, pelas prescrições do Ministério da Educação e pelas normas internas da própria Universidade. Tratou-se de um processo de construção coletiva envolvendo representações do corpo docente e discente da Escola de Serviço Social, além de contar com as contribuições de professores/as convidados/as.

Objetivamente, pela leitura das ementas e bibliografia básica das disciplinas ofertadas, identificamos que no 5º período diurno e no 7º noturno é oferecida a disciplina de “Técnicas de intervenção social” em cuja ementa assim registra-se:

Instrumentos e técnicas de intervenção social: implicações políticas. Principais técnicas de contato individual e grupal. *Técnicas de educação e organização populares*. Produção de informações. Registro e documentação.

Objetivo: Propiciar o conhecimento do instrumental técnico para a intervenção profissional no trato com indivíduos, grupos, comunidades e movimentos populares (2017: 35. Itálicos meus).

Dentre o material indicado para a leitura, são listados textos e obras que tratam da temática da educação popular, do princípio educativo em Gramsci e de práticas e atividades educativas na área da saúde. Percebe-se um tratamento mais pontual (ao menos aparentemente, visto que partimos das informações contidas num documento e não de um relato de experiência, entrevistas ou algo parecido) e dispendido na segunda metade do curso, antecedendo o ingresso dos/as estudantes no campo de estágio. Os textos indicados são, exatamente:

Bezerra, Aída. “As atividades em educação popular.” Revista CEI, Suplemento n.22, out. 1978. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1978.

Costa, Beatriz B. “Para analisar uma prática de educação popular.” Revista CEI, Suplemento. N.17, abr. 1977. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1977.

Gramsci, A. “Os intelectuais e o princípio educativo”. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.

Vargas, E.P. et all. Práticas de educação em saúde. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1992 (2017: 35).

O segundo curso do qual conseguimos o projeto pedagógico foi o da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste projeto foi possível identificar as disciplinas ofertadas em cada período do curso, contudo, o currículo informava as ementas sem as indicações bibliográficas de cada disciplina. Pela ementa das disciplinas de “Oficina de trabalho com indivíduos no serviço social”, “Processos comunitários e mobilização social” e “Política de educação”, poderíamos inferir um espaço favorável ao debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. Nas ementas registra-se, respectivamente:

O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. A dimensão individual e familiar no trabalho profissional. O trabalho do assistente social e o lugar da: *observação, linguagem, escuta, reflexão, diálogo*, visita domiciliar e registro. Teorias e técnicas de entrevista. Estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais. *Orientação social* e encaminhamentos. Vistorias, perícias técnicas e laudos, *informações* e pareceres.

[...]

O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. *Os conceitos e experiências de educação popular, pesquisa-ação e assessoria. Processos comunitários e organizativos de formação da consciência, mobilização social e formação cultural*. O desenvolvimento integral e sustentável e suas implicações econômicas, sociais e políticas. Produção de materiais pedagógicos e socialização de informações. Análise de experiências junto aos movimentos sociais e as estratégias profissionais.

[...]

Papel da escola básica pública para a formação da cidadania popular. Papel do Estado Democrático frente a cidadania popular. Saber pensar e aprender a aprender com base na consciência crítica. Aprendizagem de teor reconstrutivo político. Politicidade da educação. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. *Alternativa de educação popular*. A atuação do Serviço Social na política de educação. Contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social da educação (2017: 76, 82. Itálicos meus).

O caráter educativo não aparece em nenhuma ementa como um dos temas centrais das disciplinas, como dito, trata-se mais de uma suposição de que ao se abordar o tema da educação popular, dos procedimentos de trabalho e das ações da prática profissional, possa-se problematizar a função política de cunho educativo que caracteriza o Serviço Social.

Quanto às unidades acadêmicas de Minas Gerais, verificamos os currículos de quatro cursos. A começar pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS-UFJF), a lógica das diretrizes da ABEPSS também foi a grande norteadora do currículo dessa unidade de ensino. Contudo, ao contrário do que verificamos nos currículos da UFRJ e da UFES, em nenhum momento fez-se menção ao debate do papel e das ações educativas dos/as assistentes sociais nem se verificou dentre a bibliografia indicada algum material que abordasse tal temática.

Já no currículo pleno da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (FSS-UFU) consta uma disciplina optativa de “Educação ambiental” oferecida pelo curso de Geografia. Sem nenhum outro registro que demonstre o contrário, o curso desta disciplina parece ser o único momento em que os/as estudantes de Serviço Social poderiam ter contato com debates sobre algum tipo de prática educativa em seu futuro exercício profissional. Pela ementa percebe-se a preocupação em construir uma concepção mais progressista do ato de educar e mesmo da compreensão política sobre a qualidade da relação entre sociedade e natureza sob o recorte analítico das políticas e programas sociais da área ambiental. Por não se tratar de uma disciplina do próprio Serviço Social, a bibliografia não inclui nenhum debate mais específico da área.

A terceira universidade mineira avaliada foi a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). No currículo do curso de Serviço Social encontramos disciplinas oferecidas nos últimos períodos do curso de que, seja pela ementa seja pela bibliografia utilizada, nos permitiram inferir que a temática em questão receberia algum tratamento no curso. Nas disciplinas de “Supervisão acadêmica de estágio curricular III” e nos “Seminários temáticos I e II”, que têm em comum o trato do cotidiano do exercício profissional e a construção das competências e habilidades, a obra de Abreu, “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional sobre os perfis pedagógicos”, e a obra de Iasi sobre processo de consciência e emancipação, “Ensaio sobre consciência e emancipação”, compõe a bibliografia básica, dando a entender que fomentariam as reflexões sobre o papel político de caráter educativo que caracteriza o trabalho profissional desde sua emergência.

Na grade curricular deste curso consta ainda uma disciplina de “Meio ambiente e Serviço Social” que, ao contrário do que ocorre no curso de Serviço Social da UFU, é oferecida pelo próprio Serviço Social e parece ter um recorte mais amplo, no sentido que parece ir um pouco além da análise da política social:

A influência do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o social em uma perspectiva histórica. As respostas da natureza às ações humanas, o

aquecimento global e a proposta de desenvolvimento sustentável e a crítica. A responsabilidade do homem sobre o seu meio: leis e políticas públicas, responsabilidade social. A gestão ambiental e a ocupação dos espaços/território. *A formação do sujeito ecológico: a conscientização, conservação e educação ambiental*. O “lixo” na sociedade: o tratamento dos resíduos sólidos, os catadores e as organizações. *O Serviço Social e o meio ambiente* (2017, s/p. Itálicos meus).

Ainda que não indique na bibliografia algum material, a ementa traz elementos interessantes sobre a problematização da particular relação da profissão numa das manifestações da questão social, no caso a questão ambiental, e sobre o que poderia ser considerada uma das formas de organização da cultura, nos termos de Abreu (2011), ou seja, contribuir no processo de conscientização e educação necessárias à consolidação de “sujeitos ecológicos”.

Finalmente, encontramos a disciplina eletiva “A dimensão sócio-educativa do Serviço Social”, sem indicação de período a ser ofertada, mas que demonstra o reconhecimento por parte desta unidade acadêmica da importância em se debater com os/as estudantes um dos elementos que justificam e caracterizam o trabalho dos/as assistentes sociais. Na ementa da disciplina consta a seguinte redação: “Dimensão Educativa e o Serviço Social. Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ideológicos do trabalho sócio-educativo” (2017: 129). As obras de Abreu e Iasi reaparecem na bibliografia, sendo também indicados um texto de Gramsci e um artigo de Abreu e Cardoso publicados pela Universidade de Brasília.

ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

GRASMC, A. Cadernos do Cárcere. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

IASI, M. L. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 04: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000 (2017: 129).

O último currículo acessado e verificado foi o da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (FSS-UFOP). No currículo pleno deste curso encontramos, apenas, a obra de Abreu (2002) nas referências bibliográficas da disciplina de “Política social setorial III”, cujo foco é o trabalho dos/as assistentes sociais no judiciário, mais especificamente, no atendimento às crianças e adolescentes. Ausente da ementa desta disciplina e das demais, aparentemente, o debate sobre o caráter educativo poderia aparecer de forma tangencial no curso de forma geral.

A respeito da bibliografia, no quadro geral, a autora e o autor mais referenciados foram Abreu (2002), com a obra “Serviço Social e a organização da cultura” e o artigo escrito em coautoria com Cardoso (2000) de nome “Mobilização social e práticas educativas” e Iasi (2007) com a obra “Ensaio sobre Consciência e Emancipação”. Em seguida temos a obra de Gramsci, “Cadernos do Cárcere”, citada em dois currículos sendo que em um deles especifica-se o texto “Os intelectuais e o princípio educativo”.

Os outros três textos são citados, exclusivamente, no currículo da ESS-UFRJ sendo dois artigos cuja temática é a educação popular e um texto sobre práticas educativas na área da saúde. Os/as autores/as e títulos são, respectivamente: Bezerra (1978), “As atividades em educação popular”; Costa (1977), “Para analisar uma prática de educação popular” e Vargas (et al. 1992), “Práticas de educação em saúde”.

Com exceção da FSS-UFTM, cujo currículo pleno do curso oferece ao todo cinco disciplinas em que o caráter educativo do trabalho profissional pode ser analisado e problematizado com o conjunto dos/as estudantes é notável a ausência desse debate nos currículos das demais unidades de ensino. Tendo isso em vista e considerando fatos como o de que, numericamente, são instituições privadas (em grande parte com modalidades de EAD) as maiores formadoras desta força de trabalho, além das problematizações históricas que o Serviço Social acumula sobre os impactos negativos que a precarização e mercantilização do ensino superior tem sobre a formação e atuação dos/as assistentes sociais, não seria equivocada afirmar que o debate sobre o caráter educativo tem grandes chances de estar subsumido no Serviço Social, com uma formação acadêmica que não o tem visto como um tema prioritário.

Contudo, não temos documentos que nos permitam comparar os currículos acima apresentados com os que precederam a aprovação das diretrizes da ABEPSS de 1996, de maneira a verificar se o papel educativo chegou a ser um tema de maior relevância no debate acadêmico até a década de 1990. Além de se estar ciente de que se colheu informação de um pequeno número de currículos plenos e que um recorte como esse estaria aquém da realidade da formação acadêmica no país como um todo.

Por esta razão, destaca-se que a validade desse levantamento estaria mais em possibilitar o questionamento sobre o trato teórico, prático e político que o debate sobre o caráter educativo estaria (ou não) recebendo ao decorrer do processo de formação das recentes gerações de profissionais.

Reafirmamos a ideia de que o caráter educativo potencializa o trabalho profissional no sentido de contribuir para que este seja menos burocrático ou menos limitado à mera prestação de serviços assistenciais. Sem desmerecer o impacto imediato que os serviços sociais têm na

vida da população atendida por eles, acreditamos que a ação educativa que acompanha a oferta destes serviços é o grande diferencial da nossa atuação profissional e que precisa ser problematizado, principalmente, por aqueles/as que se preocupam em exercer seu trabalho numa perspectiva crítica e transformadora. E isso é dito porque qualquer um dos serviços e benefícios prestados à população não despertam, por si só, a reflexão crítica da realidade. Está, ao contrário, na ação educativa que os acompanha a potencial crítica da realidade capaz de contribuir (ou não) com a elevação do nível de consciência.

Dentre as ações mais atribuídas ao Serviço Social, sejam como competências ou como atribuições (a depender do conteúdo temático que abordam), temos: informar, socializar, publicizar, assessorar, denunciar, planejar, etc. Ações típicas do universo profissional que nos possibilita inferir que ao planejar sua intervenção de forma a reunir e organizar os conteúdos que lhes compete compartilhar com a população atendida pelos serviços sociais, o/a assistente social está exercendo sua função política de cunho educativo, assumindo um papel de educador/a.

Os/as assistentes sociais são chamados/as a intervir na realidade a partir da oferta de determinada política social. Ao viabilizar o acesso a um determinado serviço, tem a oportunidade de viabilizar o acesso (e também acessar, já que é, metaforicamente, uma “via de mão dupla”) a determinados conteúdos, conhecimentos, valores, visões de mundo, etc.

O que dentre este universo de conhecimentos escolherão e a forma como o repassarão adiante vai depender do fim que pretendam alcançar. E no bojo dessa reflexão, alguns questionamentos também se tornam pertinentes: os objetivos da ação e da instituição empregadora se confundem? Os objetivos da ação estão em consonância com algum projeto social ou profissional? Se o objetivo é contribuir com o processo de emancipação humana, quais elementos desse conhecimento acumulado deverão aparecer na intervenção? Que instrumentos devem ser mobilizados para tanto?

Estes são apenas alguns exemplos de questões que deveriam aparecer no cotidiano profissional. Entretanto, percebe-se que a existência deste caráter educativo no trabalho exercido pelos/as assistentes sociais não necessariamente tem sido reconhecida ou valorizada no cotidiano de trabalho, realidade que precisa mudar, afinal, é com a reflexão sobre a qualidade da própria intervenção que os/as profissionais terão melhores condições de se reconhecerem no papel de educadores/as sociais e políticos/os.

Estamos sempre compartilhando informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais. Reforçamos e desconstruímos estereótipos e preconceitos. Com todas as limitações próprias de um trabalho assalariado, ainda podemos estimular um processo reflexivo sobre uma

dada situação e até mesmo fomentar entre os/as usuários/as dos serviços sociais o interesse pela mobilização e organização coletiva, contribuindo um pouco para subverter a lógica de tutelamento da vida privada dos/as trabalhadores/as.

Apesar disso, analisando as diretrizes curriculares da ABEPSS e alguns currículos acadêmicos, nota-se a ausência de um debate consistente sobre o caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais. O que parece menos resultar de disputas entre perspectivas teóricas distintas que viriam a negar a existência desse elemento constituinte do Serviço Social e mais de um não estímulo por parte das Escolas e Faculdades a este debate. Seria esta uma realidade generalizada da formação acadêmico-profissional no Brasil?

Claro que também não é de menor impacto a realidade imposta à atuação profissional, com cobranças cotidianas que impedem ou dificultam uma formação continuada e um planejamento das ações. Não há dúvidas de este ser um fator preponderante, haja vista que o cenário econômico, político e social de fato não é o mais favorável para que os/as assistentes sociais consigam exercer suas atribuições numa contra tendência à lógica dominante. Além dos desafios impostos pela conjuntura, pelo rearranjo das funções do Estado e pela própria configuração das políticas sociais, os/as profissionais encontram dificuldades em continuar sua formação.

Soma-se a este quadro o distanciamento da profissão dos movimentos sociais. Não é difícil inferir que o refluxo nas lutas sociais e a pouca interlocução do Serviço Social com os movimentos organizados configura-se como um dos fatores que contribuiu para a profissão secundarizar o debate sobre seu papel político de cunho educativo.

Considerações Finais

Em resumo, buscamos identificar como a formação do Serviço Social brasileiro, a partir da proposta pedagógica de alguns cursos, tem tratado do caráter educativo do trabalho do/a assistente social.

Com a leitura e análise dos currículos plenos de alguns cursos de Serviço Social percebemos que os/as estudantes não receberiam tantos estímulos para refletirem sobre o potencial educativo do seu trabalho durante a formação acadêmica. Sendo pouco explorado já na formação, a hipótese é a de que pode vir a ser um tema ainda mais negligenciado na intervenção, afinal, é comum o relato de profissionais sobre as dificuldades nos mais diferentes espaços de trabalho. Bem como é cada vez mais comum pesquisas que compartilham os desafios decorrentes das próprias condições de trabalho e exigências do mercado que profissionais enfrentam no dia-a-dia.

A opção por buscar elementos para análise nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social e nos currículos plenos de alguns cursos, leva em consideração que tais documentos, junto aos instrumentos legais como a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, expressam um esforço coletivo por parte de profissionais, intelectuais e entidades representativas do Serviço Social em atribuir uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de outra sociedade.

Todavia, como dito anteriormente, é provável que o levantamento e análise aqui realizados cumpram mais o papel de levantar questionamentos sobre o trato teórico, prático e político sobre a temática do caráter educativo no âmbito da formação acadêmica do que atestar algo sobre a mesma que sirva como um rótulo universal para a formação acadêmica no país como um todo.

Afinal, há muito a se fazer e, certamente, dois movimentos podem ser imprescindíveis: *garantir a formação permanente do/a profissional*, pois, tão importante quanto estar politicamente ao lado da classe trabalhadora, é colocar a serviço do seu projeto societário nosso saber técnico (ainda que a tarefa educativa vá muito além, difundir e democratizar o saber é também democratizar o poder) e *vincular a prática educativa crítica às lutas sociais* desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora. Pautar-se pelo projeto da classe trabalhadora é ainda a melhor garantia de coerir a direção dada à própria intervenção e a defesa dos direitos e aprofundamento da democracia.

Espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas contribuam com o desenvolvimento de um trabalho profissional de orientação crítica e que justamente por buscar ser crítico, sabe-se condicionado.

Condicionado por buscar construir relações mais democráticas mesmo partindo, tantas vezes, de relações autoritárias. Por buscar contribuir com a transformação social mesmo sabendo não ser o “agente da transformação”. Por buscar atender aos interesses das classes subalternas mesmo sabendo ter que mediar interesses antagônicos. Por buscar materializar o projeto profissional crítico mesmo diante dos limites concretos impostos pela condição de assalariamento. Isso porque não se trata, nesse caso, de “cruzar os braços” diante de uma realidade desfavorável, afinal, não ser capaz de transformar direta e imediatamente a realidade não invalida uma ação mediata que pode trazer em alguma medida contribuir com a construção de um projeto contra-hegemônico.

Referências

- ABEPSS. Diretrizes curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em 28/02/2017.
- _____. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CURRICULO PLENO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/add274_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, n 120, 2014.
- _____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2015.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 9 ed. São Paulo. Cortez, 1985.
- _____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 11 ed. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados, 1996.
- _____; DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas. Autores associados, 2015.
- UFES. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social, 2006.
- UFJF. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2016.
- UFOP. PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Disponível em: <http://www.icsa.ufop.br/documentos/servico_social/ProjetoPedagogicoServicoSocial-UFOP.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.
- UFTM. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL. Iturama: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Faculdade de Serviço Social, 2014. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Projeto_Pedag_oacute_gico_do_C_download.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.